

LEI Nº 2.756, de 30 de junho de 2010.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Catalão, Estado de Goiás, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Catalão, Estado de Goiás, para o exercício de 2011, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I – metas fiscais;
- II – prioridades da Administração Municipal;
- III - estrutura dos orçamentos;
- IV – diretrizes para elaboração do Orçamento do Município;
- V – disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI – disposições sobre despesa com pessoal;
- VII – disposições sobre alterações na Legislação Tributária; e
- VIII – disposições gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 (quatro) de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2010, estão identificados nos Demonstrativos de I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 587, de 29 de agosto de 2005 – Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Parágrafo único – Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes estão obrigados, por força do Art. 63, inciso III da LRF, a partir do exercício de 2005, a elaborar o Anexo de Metas Fiscais de que trata o Art. 4º, §1º, na forma definida na Portaria nº 586/2005 – STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as entidades das Administrações Direta e Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, as quais recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais, referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes demonstrativos:

Demonstrativo I- metas anuais;

Demonstrativo II- avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Demonstrativo III- metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores;

Demonstrativo IV- evolução do patrimônio líquido;

Demonstrativo V- origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

Demonstrativo VI- receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Demonstrativo VII- estimativa e compensação da renúncia de receitas; e

Demonstrativo VIII- margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo único – Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao §1º do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – metas anuais – será elaborado em valores

correntes e constantes, relativos às receitas, despesas, resultado primário e nominal e montante da dívida pública, para o exercício de referência e para os dois seguintes.

§1º - Os valores correntes dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 587/2005 da STN.

§2º - Os valores da coluna % PIB serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTEIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no §2º, inciso I, do Art. 4º da IRF, o Demonstrativo II – avaliação do cumprimento das Metas Fiscais no exercício anterior – tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de receitas, despesas, resultados primário e nominal, dívida pública consolidada líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§1º - De acordo com o exemplo da 5ª edição do Manual de Elaboração, aprovado pela Portaria nº. 587/2005 – STN, o comparativo solicitado refere-se ao exercício de 2005.

§2º - A elaboração deste demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe aqueles que tenham elaborado Metas Fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º - De acordo com o §2º, item II, do Art. 4º da LRF, os Demonstrativos III – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, de receitas, despesas, resultados primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida – deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-se com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consciência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§1º - A elaboração deste demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe aqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

§2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao §2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – evolução do patrimônio líquido – deve traduzir as variações do patrimônio de cada ente do Município e sua consolidação.

Parágrafo único – O demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O §2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece, também, que os recursos obtidos com a

alienação de ativos que integram o referido patrimônio devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos Regimes de Previdência Social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação dos ativos – estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo único – O demonstrativo apresentará, em separado, a situação do patrimônio líquido do regime previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10º - Em razão do que estabelece o §2º, inciso IV, alínea “a”, do Art. 4º da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI – receitas e despesas previdenciárias do RPPS - segundo o modelo da Portaria nº 587/2005-STN, estabelece um comparativo de receitas e despesas previdenciárias, terminando por apurar o resultado previdenciário e a disponibilidade financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 – Conforme estabelecido no §2º, inciso V, do Art. 4º da LRF, o Anexo de Meta Fiscal deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de alíquota ou modificação de base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§2º- A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 12 – O Art. 17 da LRF considera obrigatório, e de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que fixe para o ente obrigatório legal de sua execução por período superior a dois exercícios.

Parágrafo único – O Demonstrativo VIII – margem de expansão das despesas de caráter continuado – destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades, que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADOS PRIMÁRIOS, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 13 – O §2º, inciso II, do Art. 4º da LRF, determina que o Demonstrativo de Metas Anuais seja construído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, compondo-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único – Em conformidade com a portaria nº 587/2005 – STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se de valores arrecadados na

receita realizada e nas despesas executadas nos três exercícios anteriores e das previsões para as três posteriores no ano de elaboração da LDO.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 14 – A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gasto orçamentário são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não- financeiras são capazes de suportar as despesas não- financeiras.

Parágrafo único – O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 15 – O cálculo do resultado nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único – O cálculo das metas anuais do resultado nominal deverá levar em conta a dívida consolidada, da qual deverá ser deduzido o ativo disponível, mais os haveres financeiros, menos restos a pagar processados, que resultará na dívida consolidada líquida, que, somada às receitas de privatizações, e deduzidos os passivos reconhecidos, resultará na dívida fiscal.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 16 – Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de crédito e precatórios judiciais.

Parágrafo único – Utiliza a base de dados de balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2011, 2012 e 2013.

II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17 – As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2010 a 2013, compatíveis com os objetivos estabelecidos nesta Lei.

§1º - Os recursos estimados na Lei Orgânica para 2011 serão destinados, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18 - O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos Municipais, Empresas Públicas e outras que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a estrutura organizacional estabelecida em cada entidade da Administração Municipal.

Art. 19 – A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo e natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as

quais deverão os anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Art. 20 – A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, inciso I, da Lei 4.320/1964, conterà:

I – quadro demonstrativo de despesa por Unidade Orçamentária e sua participação relativa (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

II – quadro demonstrativo da evolução das receitas líquidas, despesas com pessoal e seu comprometimento de 2008 a 2011 (art. 20, 71 e 48 da LRF);

III – quadro demonstrativo de despesas com serviço de terceiros e seu percentual de comprometimento das receitas correntes líquidas de 2008 a 2011 (art. 72 da LRF);

IV – demonstrativo da origem e aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição Federal e 60 dos ADCT);

V – demonstrativo dos recursos vinculados e ações públicas de saúde (art. 77 dos ADCT);

VI – demonstrativo da composição de aditivo e passivo financeiro, posição semestre anterior ao encaminhamento para proposta ao Legislativo (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF); e

VII – quadro demonstrativo de saldo de dívida fundada, com identificação dos credores no encerramento do último semestre (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF).

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21 – O Orçamento para exercício de 2011 obedecerá, dentre outros, ao Princípio da Transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Empresas Públicas e outras (arts. 1º, §1º, alínea “a” e 48 da LRF).

Art. 22 – Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da Legislação Tributária, incentivos

fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução dos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo único – Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, §3º da LRF).

Art. 23 – Na execução do Orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das Metas de Resultado Primário e Nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, e observada a fonte de recurso, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação do empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24 – As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à receita corrente líquida, programada para 2011, poderão ser expedidas em até 5%, tomando-se por base as despesas obrigatórias de caráter continuado fixada na Lei Orçamentária Anual para 2010 (art. 4º, §2º da LRF), conforme demonstrado em anexo desta Lei.

Art. 25 – Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo próprio desta Lei (art. 4º, §3º da LRF).

§1º - Os Riscos Fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recurso da Reserva de Contingência, e, também, se houver, do excesso da arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal propondo anulação de recurso ordinário alocado para outras dotações não comprometidas.

Art. 26 – O orçamento para o exercício de 2011 destinará recurso para a reserva de contingência, não inferior a 0,5% das receitas correntes líquidas previstas e 15% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de créditos adicionais suplementares (art. 5º, III da LRF).

§1º - Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e, também, para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º, III, “b” da LRF).

§2º - Os recursos da reserva de contingência serão destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2011, e poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 27 – Os investimentos com duração superior a 12 meses apenas constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados do Plano Plurianual (art. 5º, §5º da LRF).

Art. 28 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas, bem como o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 29 – Os projetos e atividades priorizadas na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas e fontes de recurso oriundo de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, apenas serão executados e utilizados, a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando, ainda, o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único, e art. 50, I, da LRF).

Art. 30 – A renúncia de receita estimada para o exercício de 2011, constante do Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, §2º, V, e art. 14, I, da LRF).

Art. 31 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” e art. 26 da LRF).

Parágrafo único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 32 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único – Para efeito no disposto no art. 16, §3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão

ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda ao valor limite para despesa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, §3º da LRF).

Art. 33 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 34 – Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes, e previstos recursos na Lei Orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 35 – A previsão das receitas e fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 36 – A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade da aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001. Recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara, do âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI, da CF).

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 70% (setenta por cento) do total da despesa na própria lei, criando, se houver necessidade, elementos de despesa em cada projeto em atividade, nos termos da Lei nº 4.320/1964.

Art. 37 – Durante a execução orçamentária de 2011, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou

operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de créditos especiais, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 (art. 167, I, da CF).

Art. 38 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal no art. 50, §3º da LRF.

Parágrafo único – Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, “e” da LRF).

Art. 39 – O programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integram a Lei Orçamentária de 2011, serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, e avaliar seus custos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).

V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 40 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento de despesas de capital, observando o limite de assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 41 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, parágrafo único da LRF).

Art. 42 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente, e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, §1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 43 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizadora, poderão, em 2011, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário, na forma de lei, observando os limite e as regras da LRF (art. 169, §1º, II da CF).

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2011.

Art. 44 – Ressalvada a hipótese do inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2011, Executivo e Legislativo, não excederá percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício de 2010 acrescida de 10%, obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da receita líquida corrente, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 45 – Nos casos de necessidades temporárias, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 46 – O Executivo Municipal adotará as seguinte medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 47 – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o

art. 18, §1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da Administração Municipal, ou, ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade de contrato ou de terceiros.

Parágrafo único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também o fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa, que não seja na rubrica – “outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 48 – O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 49 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14, §3º da LRF).

Art. 50 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, §2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§2º - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção até o início de fevereiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 52 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 53 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder executivo.

Art. 54 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 55 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(a)Deusmar Barbosa da Rocha

Presidente da Câmara Municipal de Catalão

“Sanciono a presente Lei .

Registre-se e publique-se.

Catalão, 30.06.2010.

(a) VELOMAR GONÇALVES RIOS

Prefeito Municipal”